

RELATÓRIO ANUAL 2025



FUNDO DA
AMAZÔNIA
ORIENTAL



EQUIPE RESPONSÁVEL

Equipe FUNBIO

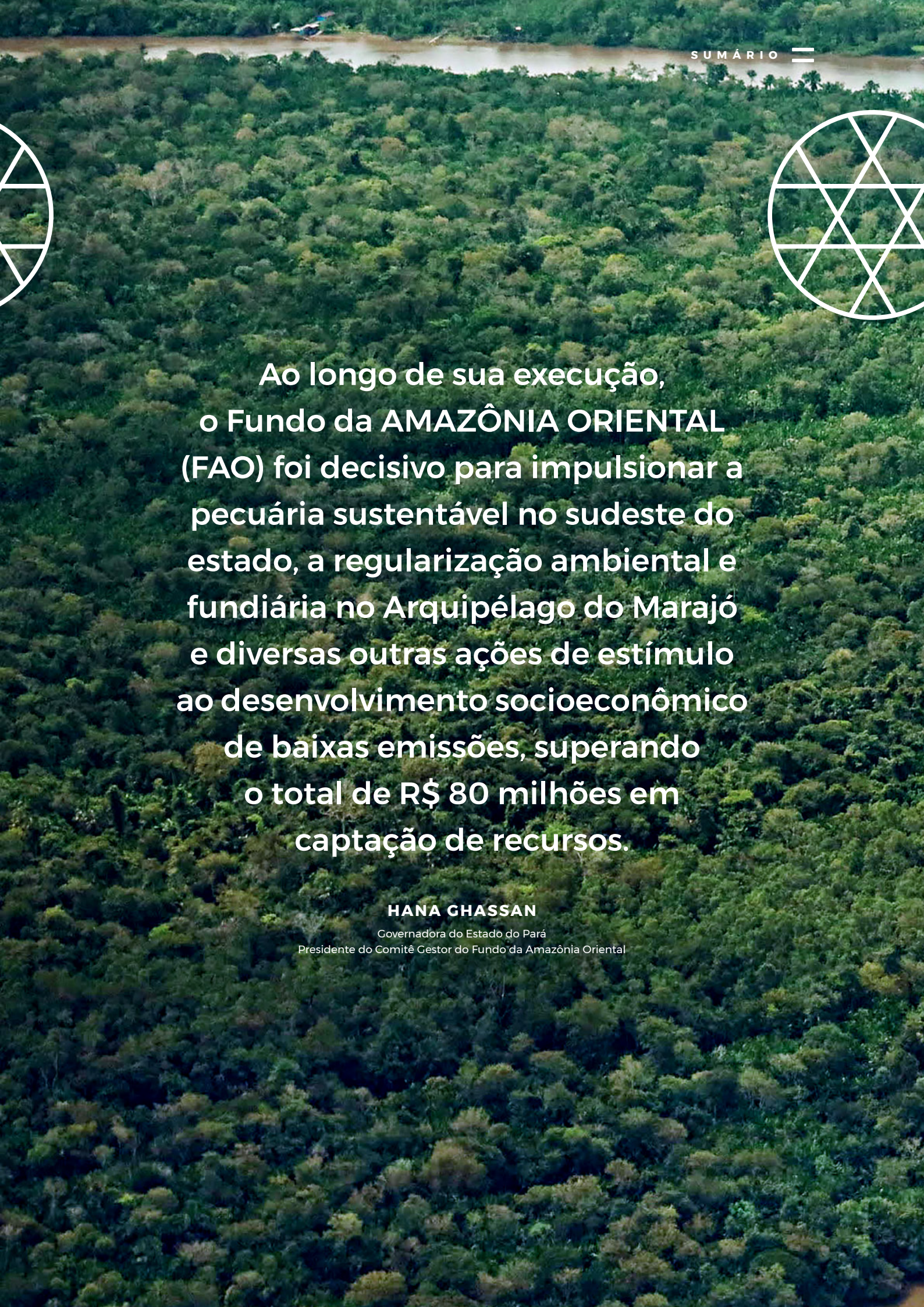
ROSA LEMOS DE SÁ
Secretária Geral
MANOEL SERRÃO
Superintendente de Programas
MARIANA MIGUEL
Gerente de Portfólio
ANDRÉIA MELLO
Especialista em Biodiversidade
GILSON SPANEMBERG
Gerente de Projetos
(até maio de 2025)
JONAS GEBARA
Gerente de Projetos
(desde junho de 2025)
LÍDIA LACERDA
Gerente de Projetos
(desde junho de 2025)
LUCAS LIMA
Analista de Projetos
AYLTON COELHO
Superintendente de
Planejamento e Gestão
MARILENE VIERO
Coordenadora de
Controle Financeiro
ANA PAULA LOPES
Analista Financeiro
HENRIQUE YOKOYAMA
Superintendente de
Aquisições e Logística
FERNANDA JACINTO
Coordenadora de
Aquisição e Logística
SUSANA AMORA
Coordenadora de Contratos
ALESSANDRO JONADY
Analista de Aquisição e Logística
WILLIAN EDGARD
Comprador
FLÁVIA NEVIANI
Gerente Jurídico
MÔNICA FERREIRA
Gerente PMO
HELIO HARA
Gerente de Comunicação
e Marketing
DANIELE SOARES
Contadora
ALEXANDRA VIANNA
Auditora Interna
VINICIUS BARBOSA
Tecnologia da Informação
ALESSANDRO DENES
Tecnologia da Informação
NATÁLIA CORRÊA
CEDOC
REINALDO JOSÉ
Administração

Equipe SEMAS

RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio
Ambiente, Clima e Sustentabilidade
DIANA CASTRO
Chefe de Gabinete
RENATA NOBRE
Secretária Adjunta de
Gestão de Recursos Hídricos
e Clima
CAMILLE BEMERGUY
Secretária Adjunta de Bioeconomia
RODOLPHO ZAHLUTH
Secretário Adjunto de Gestão
e Regularidade Ambiental
TATILLA BRITO
Consultora Jurídica
IGOR NASCIMENTO
Assessor de Comunicação
BRENDA HACHEM
Diretora de Planejamento
Estratégico e Projetos Corporativos
CARLA REIS
Diretora de Tecnologia da
Informação
INDARA ROUMIÉ
Diretora de Bioeconomia,
Mudanças Climáticas e
Serviços Ambientais
HAYDEÉ MARINHO
Diretoria de Gestão
Socioeconômica
FÁTIMA FERREIRA
Técnica em Gestão
Pública - Administradora
PALMIRA FERREIRA
Técnica em Gestão de
Meio Ambiente - Bióloga
ADRIANA NEVES
Técnica em Gestão de Meio
Ambiente - Engenheira Florestal
DIELLY SILVA
Técnica em Gestão de Meio
Ambiente - Ciências Sociais
NATÁLIA NAGLE
Assessora Técnica

Fotos da capa, contracapa,
3ª capa e páginas 1, 4, 8, 10,
16, 20, 37, 38 e 42:
BRUNO CECIM/AGÊNCIA PARÁ

Fotos pequenas:
GERÊNCIA FAO



**Ao longo de sua execução,
o Fundo da AMAZÔNIA ORIENTAL
(FAO) foi decisivo para impulsionar a
pecuária sustentável no sudeste do
estado, a regularização ambiental e
fundiária no Arquipélago do Marajó
e diversas outras ações de estímulo
ao desenvolvimento socioeconômico
de baixas emissões, superando
o total de R\$ 80 milhões em
captação de recursos.**

HANA GHASSAN

Governadora do Estado do Pará
Presidente do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental



Siglas

CCAA

Comitê Científico Do Plano Estadual Amazônia Agora

CGFAO

Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental

FAO

Fundo da Amazônia Oriental

FPMAC/PA

Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas do Pará

iCS

Instituto Clima e Sociedade

IDEFLOR-Bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade

ILPF

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

ITERPA

Instituto de Terras do Pará

MOP

Manual Operacional de Projetos

MPF

Ministério Público Federal

ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PEAA

Plano Estadual Amazônia Agora

PEMC/PA

Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará

PlanBio

Plano Estadual de Bioeconomia

PTS

Programa Estadual de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis

SECEX

Secretaria Executiva do FAO

SEMAS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

TAC

Termo de Ajustamento de Conduta

TAE

Termo de Acordo Extrajudicial

9

1

APRESENTAÇÃO

16

3

EIXOS PRIORITÁRIOS

- 18 ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO
- 18 RECUPERAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO
- 18 BIOECONOMIA
- 18 CADEIAS PRODUTIVAS AGROSSILVIPASTORIS
- 18 CADEIAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS & COMUNIDADES
- 19 IMPACTOS E RESULTADOS ACUMULADOS PELO FAO

38

5

PANORAMA FINANCEIRO

- 39 VOLUME FINANCEIRO DE CONTRATOS E RENDIMENTOS SOB GESTÃO DO FAO
- 40 RECURSOS INTERNALIZADOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

10

2

GOVERNANÇA

- 11 ESTRATÉGICO
- 12 TÁTICO
- 13 DELIBERAÇÕES
 - 13 FAO como *facility*
 - 15 Simplificação do MOP
 - 15 Comunicação e transparência
 - 15 Investimentos em Bioeconomia

20

4

PROJETOS E PARCERIAS

- 21 FORTALECIMENTO FAO
- 23 ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
 - 23 Data Center
 - 23 Comunicação e Transparência
 - 23 Sistema de Readequação Ambiental e Comercial
- 25 CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
 - 25 Produção sustentável: Apoio ao Programa Estadual de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS)
 - 26 Criação de áreas protegidas
 - 27 Cadeias de valor quilombola
 - 31 Escritório de Projetos
- 32 PROJETO RAÍS - RESILIÊNCIA AMBIENTAL E INTEGRAÇÃO SOCIAL
- 34 ACRIPARÁ
- 36 BID-PSA2

42

6

AÇÕES FUTURAS

SUMÁRIO





Carta da
GOVERNADORA

Carta do
**SECRETÁRIO
DE ESTADO DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE**

Carta da
**SECRETÁRIA-GERAL
DO FUNBIO**

O **FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL (FAO)**, instrumento que criamos para promover o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental no estado, chega a mais um ano de implementação com resultados de impacto para a população do Pará.

Ao longo de sua execução, o FAO foi decisivo para impulsionar a pecuária sustentável no sudeste do estado, a regularização ambiental e fundiária no Arquipélago do Marajó e diversas outras ações de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões, superando o total de R\$ 80 milhões em captação de recursos.

No campo da produção sustentável, por exemplo, por meio do FAO, fizemos avançar o Programa Pecuária Sustentável por meio do processo de requalificação comercial em Novo Repartimento, beneficiando agricultores familiares e pequenos produtores assentados da reforma agrária. Dessa forma, fortalecemos a cadeia produtiva, ampliamos o acesso a mercados formais e demonstramos, na prática, como é possível conciliar produção e conservação ambiental.

No Marajó, foram 150 títulos de terra entregues, além de Cadastros Ambientais Rurais, garantindo segurança jurídica às famílias e ampliando o acesso a políticas públicas. Essas ações reforçam a transição do território para uma economia de baixo carbono.

Paralelamente, avançamos na destinação de terras públicas com a criação de áreas protegidas e na conservação dos nossos ecossistemas, estruturando novas unidades de conservação no município de Portel, no Marajó, ao mesmo tempo em que fortalecemos a sociobioeconomia por meio do fomento a iniciativas produtivas de comunidades tradicionais.

Esse conjunto de resultados, que é fruto do fortalecimento do Fundo como mecanismo de financiamento climático, ampliou sua capacidade de mobilização de recursos, consolidando parcerias estratégicas que permitem expandir e qualificar as ações no Pará – tudo isso no ano em que a capital paraense, Belém, sediou o maior evento sobre clima e meio ambiente do planeta, a Conferência do Clima das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30.

O apoio do FAO tem sido uma peça-chave na estratégia de financiamento climático do Estado do Pará, contribuindo diretamente para a construção de um modelo de desenvolvimento que une desenvolvimento econômico, justiça social e conservação ambiental.

Por meio desse instrumento importante, seguiremos fortalecendo todas essas políticas públicas e ampliando parcerias que assegurem resultados concretos para a população paraense.

Carta da GOVERNADORA



HANA GHASSAN

Governadora do Estado do Pará
Presidente do Comitê Gestor
do Fundo da Amazônia Oriental

Foto: ASCOM/PA

O **FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL (FAO)** já provou que, muito mais do que um instrumento para captação de recursos, é um mecanismo vital para que as nossas ações do Plano Amazônia Agora cheguem à população, promovendo transformações efetivas.

Este ano, se destacam atividades que ajudam o Pará a reduzir o desmatamento, avançar na regularização ambiental e fundiária e fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, especialmente em territórios tradicionais.

Entre os avanços, estão o fortalecimento da gestão do próprio Fundo, a modernização da Semas com a transformação digital, o apoio à regularização ambiental e fundiária no Marajó, o estímulo à pecuária sustentável no sudeste do estado, o incentivo a projetos comunitários quilombolas e o avanço na criação de novas áreas protegidas.

O apoio à sociobioeconomia é outro destaque deste ano. Por meio do “Inova Sociobio II”, já estamos promovendo geração de renda, autonomia e valorização dos saberes a cerca de 2 mil famílias quilombolas, fortalecendo cadeias econômicas sustentáveis baseadas na floresta viva em municípios como Abaetetuba, Baião, Cametá, Mocajuba, Moju, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu, Oeiras do Pará e Oriximiná.

Esse conjunto de atividades se consolida no ano em que o Pará sediou a COP30, um evento histórico que reforça ainda mais a importância de políticas públicas consistentes e bem estruturadas. Na ocasião, assinamos o Contrato de Doação entre Estado do Pará e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de U\$ 3,5 milhões para a política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em territórios coletivos, na região da Terra do Meio, no sul do Pará.

Os resultados alcançados pelo FAO este ano mostram que é possível avançar com responsabilidade, diálogo e cooperação. O compromisso segue sendo o de aprimorar continuamente as ações, garantindo que os investimentos gerem benefícios reais para o meio ambiente e para a população.

Com planejamento, parcerias e responsabilidade, o Pará segue construindo um caminho sólido, em que desenvolvimento e sustentabilidade caminham juntos.

Carta do SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

Vice-presidente do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental

Foto: ASCOM/PA

Em cinco anos de uma consistente trajetória de crescimento, o **FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL (FAO)** alcança um marco histórico ao chegar a R\$ 100 milhões em recursos captados, tornando-se uma referência em financiamento ambiental e socioeconômico para o Estado do Pará.

O resultado é reflexo de uma estratégia sólida de governança em constante aprimoramento e de uma atuação cada vez mais próxima dos territórios.

Para o FUNBIO, gestor financeiro do FAO, é uma enorme satisfação poder aplicar no fundo nossa experiência adquirida em três décadas de gestão financeira de projetos socioambientais. É com alegria que acompanhamos e contribuímos para a evolução do desenho institucional do fundo, que se consolidou como um *facility* – um mecanismo estruturado de financiamento e apoio a projetos –, com novos fóruns deliberativos que fortalecem o Comitê Gestor (CGFAO) e ampliam a capacidade de articulação e tomada de decisão.

Na histórica COP30, a primeira do clima no Brasil, o FAO teve papel de destaque: foi assinado o contrato com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) para ações de pagamento por serviços ambientais em áreas coletivas na Terra do Meio e, em paralelo, foram apresentados os resultados do Programa Territórios Sustentáveis (PTS) no Marajó, iniciativa que integra atores dos setores público, privado e terceiro setor para dar escala e efetividade às ações de desenvolvimento socioeconômico, e já conta com 150 propriedades rurais cadastradas.

Ainda em 2025, na iniciativa financiada pela Fundação Gordon and Betty Moore, o FAO viabilizou chamada de projetos para o desembolso de recursos para 15 instituições quilombolas e finalizou os estudos para criação de três unidades de conservação no município de Portel. Em conjunto com o Inova SocioBio2, iniciativa que visa o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, foram incorporados cinco novos projetos.

Já o Resiliência Ambiental e Integração Social (RAÍS), com foco na transformação de áreas improdutivas em terras agricultáveis, avançou em planejamento e estruturação, fundamentais para o começo das ações, previstas para 2026. A iniciativa ganhou nome e construção participativa, abrindo novas perspectivas para comunidades rurais e urbanas dos municípios paraenses de Barcarena e Abaetetuba.

O FAO projeta para o futuro um novo paradigma de financiamento no Pará, conectando recursos, territórios e pessoas em uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento sustentável.

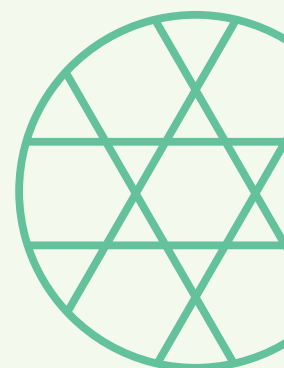
Como parceiros dessa iniciativa, estamos certos de que o Fundo se consolida como uma plataforma de confiança, inovação e cooperação, capaz de atrair novos investidores, fortalecer iniciativas locais e ampliar o impacto socioambiental positivo no estado.

Carta da SECRETÁRIA-GERAL DO FUNBIO



ROSA LEMOS DE SÁ

Foto: ZÔ GUIMARÃES/FUNBIO





7 APRESENTAÇÃO

O FAO tem se consolidado como um instrumento estratégico para a mobilização de recursos privados e a viabilização de ações estruturantes no estado.

O **FUNDO DA AMAZÔNIA ORIENTAL (FAO)** é um mecanismo operacional e financeiro privado, criado pelo estado do Pará com o propósito de apoiar políticas públicas e iniciativas sociais voltadas à proteção da natureza e ao desenvolvimento sustentável no território paraense.

O FAO faz parte das estratégias estaduais de combate ao desmatamento e às mudanças climáticas; da regularização fundiária; e da promoção da restauração ecológica, da produção sustentável, da bioeconomia e da conservação dos ecossistemas. O mecanismo financeiro segue as diretrizes e áreas de atuação estabelecidas no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), sancionado como **Lei Estadual nº 10.750**, em 2024, e as metas institucionais do Plano, definidas pela **Portaria Estadual nº 36.484/2025**, para os anos de 2025 a 2027.

Ao longo de sua atuação, o FAO tem se consolidado como um instrumento estratégico para a mobilização de recursos privados e a viabilização de ações estruturantes no estado. Sua governança, pautada por critérios técnicos e mecanismos de acompanhamento, permite não apenas a execução eficiente dos projetos apoiados, mas também o fortalecimento institucional das políticas ambientais e climáticas no Pará.

O presente relatório apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas pelo FAO ao longo de 2025, destacando os principais avanços na execução dos projetos, as novas iniciativas incorporadas, as parcerias estabelecidas e as perspectivas de expansão de sua atuação. Ao reunir esses elementos, o documento busca oferecer uma visão abrangente dos resultados alcançados e dos caminhos em construção para cumprimento da missão do Fundo.

O FAO é estruturado como um fundo de natureza revolvente, o que significa que seus recursos podem ser utilizados de forma contínua ao longo do tempo. Os valores aplicados nas iniciativas apoiadas são complementados por rendimentos financeiros e novas entradas, permitindo que o Fundo mantenha sua capacidade de financiamento. Esse modelo contribui para a sustentabilidade de sua atuação e para o apoio permanente a ações voltadas ao desenvolvimento sustentável no estado.

Com governança própria e metas definidas, o FAO alcançou seu objetivo inicial de atingir a marca de três dígitos em recursos financeiros já na primeira fase de operação. Em 2025, o mecanismo atingiu R\$ 110 milhões sob gestão, dos quais R\$ 80 milhões foram efetivamente internalizados e R\$ 15 milhões resultaram de rendimentos provenientes de investimentos financeiros.

Os recursos administrados pelo FAO têm como finalidade a implementação de projetos voltados à Amazônia paraense e às comunidades tradicionais da região. Mais do que um instrumento financeiro, o Fundo consolidou-se como parte essencial dos esforços de estruturação e operacionalização de políticas públicas voltadas à agenda climática e socioambiental no Pará.

O FAO faz parte das estratégias estaduais para:

- ▶ o combate ao desmatamento e às mudanças climáticas
- ▶ a regularização fundiária
- ▶ a promoção da restauração ecológica, da produção sustentável, bioeconomia e conservação dos ecossistemas



2

GOVERNANÇA

Sua organização contempla diferentes níveis de atuação (estratégico, tático e operacional) que, de maneira integrada, orientam a tomada de decisão, o acompanhamento das iniciativas e a execução dos recursos.

A governança do FAO é estruturada de forma a assegurar a transparência, a eficiência e o alinhamento estratégico das ações apoiadas, por meio de recurso privado, às finalidades das políticas públicas do estado do Pará. Sua organização contempla diferentes níveis de atuação (estratégico, tático e operacional) que, de maneira integrada, orientam a tomada de decisão, o acompanhamento das iniciativas e a execução dos recursos.

A estrutura desta governança tem sido fundamental para a consolidação do mecanismo financeiro como instrumento estratégico de apoio à agenda ambiental e climática do Pará, contribuindo para a implementação de políticas públicas de forma coordenada, transparente e orientada a resultados.

“ O Fundo da Amazônia Oriental (FAO) tem desempenhado um papel catalisador na estratégia de financiamento climático do Estado do Pará, promovendo o desenvolvimento sustentável e integrado na amazônia paraense. Com uma execução eficaz de recursos e alinhamento às metas do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), o FAO apoia projetos que impulsionam a bioeconomia, fortalecem comunidades locais e valorizam os ativos ambientais, contribuindo para um modelo de desenvolvimento que harmoniza conservação e geração de renda para quem mantém a floresta em pé. Pensado em 2019 como um mecanismo financeiro inovador, visando mobilizar recursos privados com a finalidade pública, o FAO segue atuando como peça chave na execução de projetos e, consequentemente, no alcance das metas do PEAA ao longo dos últimos anos ”

destaca **Natalia Nagle**, coordenadora de projetos da Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Corporativos (DPC/SEMAS)

A estrutura desta governança tem sido fundamental para a consolidação do mecanismo financeiro como instrumento estratégico de apoio à agenda ambiental e climática do Pará, contribuindo para a implementação de políticas públicas de forma coordenada, transparente e orientada a resultados.

ESTRATÉGICO

No nível estratégico, destaca-se o Comitê Gestor do FAO (CGFAO), instância responsável pela definição das diretrizes gerais, aprovação de projetos e acompanhamento dos resultados do mecanismo financeiro. O Comitê, instituído pelo **Decreto Estadual nº 346/2019**, é composto por representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil, garantindo representatividade, pluralidade de visões e maior robustez nos processos decisórios.

O CGFAO é presidido pelo governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, e possui composição híbrida, com representantes de cinco órgãos da administração pública estadual, duas organizações da sociedade civil e um representante convidado, indicado pelo Fórum

Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas do Pará (FPMAC/PA), obrigatoriamente oriundo dos assentos da sociedade civil.

O comitê é composto pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD); Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio); Instituto de Terras do Pará (ITERPA); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME); Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI); Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas do Pará (FPMAC/PA); além de duas organizações da sociedade civil

De acordo com o Manual Operacional (MOP) do FAO, o Regimento Interno do CGFAO e as diretrizes estabelecidas pelo decreto de 2019, a cada dois anos de funcionamento do FAO, deve ser realizada a revalidação das representações da sociedade civil no Comitê Gestor.

Em conformidade com essa exigência e com deliberação do próprio Comitê, foi conduzido o processo seletivo (Edital DPC/SEMAS nº 01/2024) para o mandato 2024-2025, resultando na escolha da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) para ocupar um dos assentos da sociedade civil no CGFAO, ao lado da The Nature Conservancy (TNC) e da Federação do Povos Indígenas do Pará (FEPIPA).

INSTITUIÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Governo do Estado (Presidência)	Helder Zahluth Barbalho	Raul Protázio Romão
SEMAS	Raul Protázio Romão	Brenda Melise Morbach Paredes Hachem
SEPLAD	Renata Mirella Freitas Guimaraes de Souza Coelho	Bernadete de Jesus Barros Almeida
IDEFLOR-Bio	Júlio Cesar Meyer Junior	Thiago Valente Novaes
ITERPA	Bruno Yoheiji Kono Ramos	Yngrid Henrique Tavares Rodrigues Santa
SEDEME	Paulo Eduardo Maestri Bengtson	Gil Sales
TNC	José Otávio D'Acosta Passos	Teresa Moreira
FAS	Virgílio Maurício Viana	Luís Henrique Piva
FEPIPA	Ronaldo Nunes Ramos Amanayé	Luiz Carlos de Oliveira Souza

Composição de membros representantes do CGFAO.

TÁTICO

No nível tático, a Secretaria Executiva (SECEX) exerce papel central na coordenação das atividades do FAO, sendo responsável pela articulação entre os diferentes atores envolvidos, pelo acompanhamento da execução dos projetos e pela consolidação das informações estratégicas necessárias à tomada de decisão. A Secretaria atua, ainda, no suporte ao Comitê Gestor e na organização dos fluxos operacionais do Fundo.

A execução operacional das iniciativas apoiadas pelo FAO ocorre em articulação com órgãos do governo estadual, instituições parceiras e o FUNBIO, gestor financeiro, que é responsável pela administração dos recursos e pelo cumprimento dos procedimentos financeiros e administrativos. Essa estrutura permite maior agilidade na implementação das ações, ao mesmo tempo em que assegura o cumprimento dos requisitos legais e institucionais.

Ao longo de 2025, a governança do FAO manteve seu funcionamento regular, com a realização de duas reuniões do Comitê Gestor:

9ª Reunião Ordinária do CGFAO	30 de junho de 2025
10ª Reunião Ordinária do CGFAO	18 de dezembro de 2025

Durante as reuniões foram realizadas deliberações e apresentados os dados da execução dos projetos. A 9ª Reunião Ordinária foi atrelada ao acompanhamento das atividades no primeiro semestre de 2025 e 10ª Reunião Ordinária voltada ao balanço das atividades do ano de 2025, como um todo.

DELIBERAÇÕES

▶ FAO como *facility*

O ano de 2025 foi marcado pela maturidade institucional do FAO e parceiros, fornecendo possibilidades de vislumbrar novos arranjos de governança. Os primeiros cinco anos do FAO foram significativos para a estruturação e aprendizados. Com a captação de recursos e o início da execução foi possível perceber a necessidade de atualizações e aperfeiçoamentos, naturais durante os processos de execução.

Durante a 9ª Reunião Ordinária do CGFAO, foi aprovada por unanimidade a alteração na estrutura de governança do mecanismo financeiro, transformando-o em um *facility* de fundos, com o intuito, dentre outros objetivos, de aprimorar os fluxos e estabelecer novos comitês de governança.

- Pipeline de projetos ambientais conforme orientação da Governança:
- ▶ Diferentes territórios
 - ▶ Maturidades distintas
 - ▶ Contratos padronizados



Organograma de funcionamento do FAO enquanto *facility*.

Para seu funcionamento como *facility*, o CGFAO elegeu cinco eixos prioritários (dos 15 previstos no FAO) de financiamento para carteiras de projetos, programas e ações. São eles:

**CINCO EIXOS PRIORITÁRIOS DE FINANCIAMENTO
PARA CARTEIRAS DE PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES**

				
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E O INCREMENTO DE ESTOQUES FLORESTAIS	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES E CADEIAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS PAUTADAS NO USO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS	FORTELECIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	CADEIAS PRODUTIVAS AGROSSILVIPASTORIS	CADEIAS ECONÔMICAS E COMUNIDADE

Atualmente, esses eixos estão sendo transformados em carteiras ou fundos específicos, conforme as características do tema e do financiamento, permitindo estruturas de governança próprias e interligadas, que viabilizem uma maior efetividade das ações e rapidez nas respostas. Como elo está o FAO, agora um *facility*, com regras gerais e procedimentos próprios para casos concretos.

Tal estruturação se justifica porque, em que pese a importância de todos os eixos, faz-se necessário escalonar por espaço de tempo os eixos prioritários, dada não apenas a demanda sobre os financiadores, como a capacidade de demanda e absorção do órgão estadual. Dessa forma, temas como cadeias produtivas agrossilvipastoris poderão ser pensadas em bloco, apresentando escala, impacto e replicabilidade nas políticas públicas. Algo importante num estado com dimensões equivalentes a muitos países, onde, geralmente, exige-se um esforço de faseamento na implementação das políticas públicas e de ações concretas.

Atualmente, esses eixos estão sendo transformados em carteiras ou fundos específicos, conforme as características do tema e do financiamento, permitindo estruturas de governança próprias e interligadas, que viabilizem uma maior efetividade das ações e rapidez nas respostas.

Simplificação do MOP

Ainda na 9ª Reunião Ordinária do CGFAO foi aprovada a proposta de tornar o manual mais enxuto e focado na governança, fluxos de aprovação e prestação de contas, com as regras de doadores e manuais específicos incluídos em anexos. Essa reformulação permite dar mais agilidade aos fluxos e atende à necessidade de ajustes que ampliam a aderência da proposta de *facility*.

Comunicação e transparência

O amadurecimento do FAO reflete ainda na atualização das diretrizes e demandas de comunicação. Por isso, durante a 9ª reunião do CGFAO foram propostas e aprovadas ações voltadas a aprimorar a divulgação e transparência. O escopo previsto inclui reformular e atualizar o site (*landing page*) do FAO, para disponibilização contínua de informações atuais relacionadas ao mecanismo financeiro.

Além disso, foi alinhada a estruturação de um Plano de Comunicação do FAO, para padronizar as diretrizes de uso da logomarca, barras de parceiros e os respectivos fluxos de aprovação entre os parceiros institucionais. A atualização do Plano de Comunicação do FAO é uma das metas contidas no Acordo de Cooperação SEMAS 006/2021, assinado entre FUN-BIO e SEMAS, que vem sendo desenvolvido de forma faseada em sinergia com a consolidação do próprio Fundo.

Para o ano de 2026, a consolidação dessa nova versão do Plano de Comunicação é parte fundamental para as iniciativas de captação de recursos privados ao FAO e trará as diretrizes da comunicação em níveis estratégico, tático e operacional.

Investimentos em Bioeconomia

A promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis é um dos eixos prioritários do FAO. O Fundo tornou-se um instrumento estratégico para dar celeridade aos investimentos em negócios associados à bioeconomia. Durante a 10ª reunião do CGFAO foi aprovada a solicitação para priorização de ações e captações de recursos do FAO voltados ao tema da sociobioeconomia.

A deliberação incluiu ainda redirecionar R\$ 1 milhão já captados com a Fundação Gordon and Betty Moore para fortalecer iniciativas comunitárias baseadas na sociobiodiversidade em territórios de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares do Pará, por meio do Programa Inova Sociobiodiversidade.

A deliberação incluiu ainda redirecionar R\$ 1 milhão já captados com a Fundação Gordon and Betty Moore para fortalecer iniciativas comunitárias baseadas na sociobiodiversidade em territórios de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares do Pará, por meio do Programa Inova Sociobiodiversidade.



3

EIXOS PRIORITÁRIOS

Os eixos prioritários de investimento do FAO estão diretamente alinhados com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com outros compromissos globais firmados pelo estado do Pará, como a Carta da Terra e a campanha mundial “Corrida para o Zero” (Race To Zero).

Os dois objetivos gerais do FAO são a redução sustentada do desmatamento ilegal e de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no território paraense; e/ou cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Estado do Pará.

No início das operações do Fundo, em 2021, o Comitê Gestor definiu três eixos prioritários para a atuação do Fundo:

EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3
ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO	RECUPERAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO	BIOECONOMIA

Após a 9ª Reunião Ordinária do CGFAO, foi deliberada a inserção de mais dois eixos:

EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4	EIXO 5
ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO	RECUPERAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO	BIOECONOMIA	CADEIAS PRODUTIVAS AGROSSILVIPASTORIS	CADEIAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS & COMUNIDADES

Os eixos prioritários de investimento do FAO estão diretamente alinhados com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com outros compromissos globais firmados pelo estado do Pará, como a Carta da Terra e a campanha mundial “Corrida para o Zero” (Race To Zero).

As diretrizes de investimento do FAO materializam o compromisso do Pará com o desenvolvimento sustentável global, alinhando-se diretamente aos ODS da Agenda 2030, à Carta da Terra e à campanha “Race To Zero”

► ORDENAMENTO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E SANITÁRIO

Este eixo visa promover ações voltadas à regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais no Pará, com ênfase na análise e validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR), bem como na implementação de programas de cadastramento e titulação de terras. A regularização é um elemento central para assegurar a ocupação ordenada do território e, além de atender a exigências legais, é fundamental na viabilidade econômica das atividades produtivas, especialmente para produtores que buscam acessar mercados com maiores exigências ambientais. Ademais, esse eixo se articula com a Recuperação Produtiva do Território, uma vez que a regularização ambiental contribui para a recomposição de áreas degradadas e improdutivas, favorecendo a recuperação da qualidade ambiental.

► RECUPERAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO

Além de promover a adequação dos territórios de atuação para usos sustentáveis e produtivos, este eixo busca impulsionar a restauração de áreas degradadas, em alinhamento com as diretrizes das políticas públicas estaduais voltadas à recuperação ambiental e ao uso sustentável da terra.

► CADEIAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS & COMUNIDADES

Este eixo tem como objetivo promover o fortalecimento de cadeias econômicas sustentáveis e o desenvolvimento de comunidades locais e tradicionais, como povos indígenas, quilombolas e agricultores e agricultoras familiares.

► BIOECONOMIA

Este eixo tem como objetivo fomentar atividades econômicas sustentáveis, baseadas no uso responsável e no aproveitamento racional dos recursos naturais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sua atuação está orientada para a transição da economia do Pará rumo à neutralidade de carbono, conforme diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) — instituído pelo **Decreto Estadual nº 2.746/2022** e alterado pelo **Decreto Estadual nº 5.019/2025** — destaca-se como uma das principais iniciativas, articulando-se com as metas do PEAA e com a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), instituída pela **Lei nº 9.048/2020** e atualizada pela **Lei nº 9.781/2022**.

► CADEIAS PRODUTIVAS AGROSSILVIPASTORIS

Este eixo tem como objetivo atuar no fortalecimento de cadeias produtivas agrossilvipastoris em contribuição ao Programa Pecuária Sustentável do Pará, promovendo a regularização ambiental, rastreabilidade e a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), para compatibilizar produção e conservação ambiental.

O Programa Pecuária Sustentável do Pará é uma iniciativa pioneira no Brasil. Trata-se de um esforço coletivo que envolve tanto o setor público como a iniciativa privada, com o objetivo de promover uma nova pecuária no estado, com alta produtividade, transparência, e com responsabilidade social e ambiental em todas as etapas da cadeia produtiva.

IMPACTOS E RESULTADOS ACUMULADOS PELO FAO

FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS

20

Organizações Quilombolas apoiadas

PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Iniciativa em curso para apoiar a requalificação ambiental e comercial de até 100 produtores

FORTALECIMENTO DO FAO

Propostas para aprimoramento da governança e de fluxos operacionais

PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS MARAJÓ

150

imóveis rurais cadastrados

+DE **1.850** hectares no total

TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

600

famílias com segurança jurídica para acessar políticas públicas

GESTÃO DE RECURSOS

+DE R\$ **110** MILHÕES de recursos financeiros sob gestão do FAO

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

Projeto piloto em contribuição a estruturação de subprograma em territórios coletivos

ESTRATÉGIA DE GESTÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES

13

municípios abrangidos no Núcleo de Gestão do Baixo Amazonas

CAPITALIZAÇÃO DE RECURSOS

+DE R\$ **13** MILHÕES de resultados de investimentos financeiros a serem executados a favor das iniciativas do FAO

CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

530 MIL

hectares com estudos especializados e

3

novas UCs propostas

ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE VIVEIROS PÚBLICOS

3

regiões de Integração abrangidas: Araguaia, Lago Tucuruí e Xingu



4

PROJETOS E PARCERIAS

FORTALECIMENTO FAO

Fonte de recurso
INSTITUTO CLIMA
E SOCIEDADE (ICS)

Valor total
R\$ 1 MILHÃO

Um dos primeiros doadores do Fundo, o Instituto Clima e Sociedade (ICS) destinou recursos ao projeto de **Fortalecimento do FAO**, cujo término foi em outubro de 2025. A iniciativa contemplou a elaboração de materiais de comunicação e de escritórios de projetos. Um investimento fundamental para estruturação do Fundo e seu consequente êxito na captação de novos doadores e recursos.

Esse projeto foi ampliado para contribuir com a implementação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA) e do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAs).

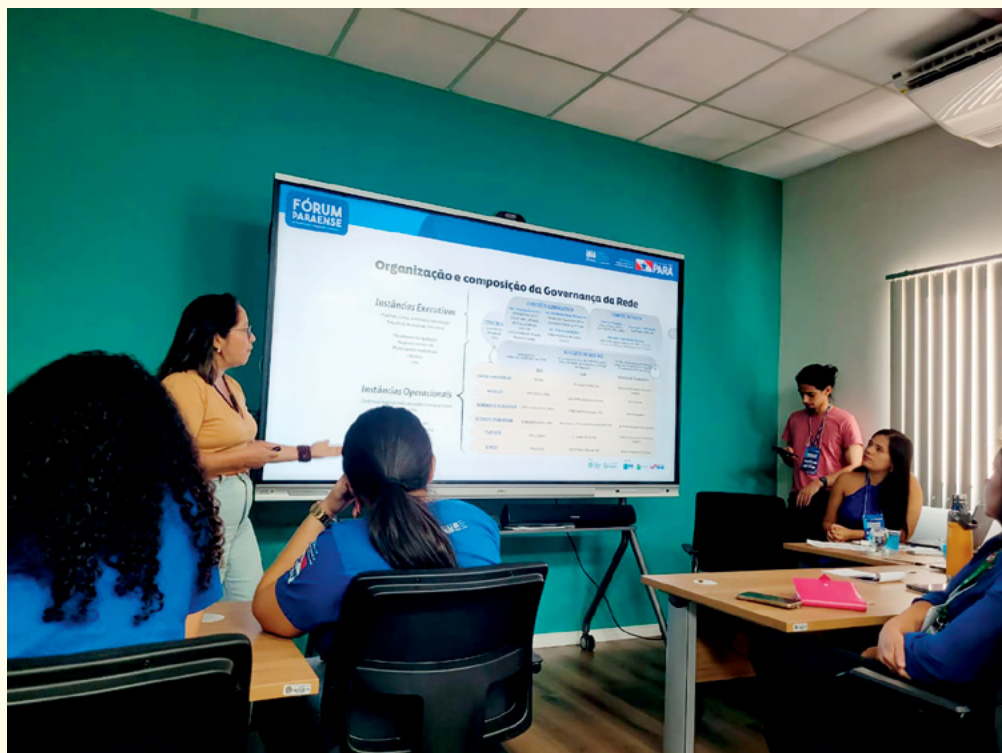
O projeto realizou a contratação de uma consultoria para elaboração da Estratégia de Gestão de Viveiros Públicos do Estado do Pará, finalizada em 2025. O trabalho incluiu o desenvolvimento de um modelo de negócios, com validade jurídica e operacional, para fomentar a gestão eficaz de viveiros públicos em parceria com o setor privado ou o terceiro setor. Baseado no contexto de dez municípios do oeste paraense (Altamira, Anapu, Goianésia do Pará, Medicilândia, Nova Ipixuna, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu), uma das áreas mais desmatadas do estado, a expectativa é de que as soluções possam ser adotadas pelo governo estadual e replicadas em outras partes do Pará.

O trabalho, que contou também com recursos do TAE Imerys, elaborou ainda a minuta de um edital para chamamento público da iniciativa privada visando a concessão e gestão dos viveiros públicos do estado do Pará.

Para garantir a eficiência na administração de viveiros públicos no Pará, o projeto contratou, em 2025, uma consultoria especializada para elaboração de um modelo de negócios com total segurança jurídica e operacional. A estratégia estrutura o caminho para a formação de parcerias sólidas entre o poder público, a iniciativa privada e organizações sociais.



Oficina para a Elaboração da Estratégia de Viveiros do Pará.



Apresentação da estratégia de rede de sementes do Pará no Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática.

Complementar ao planejamento dos viveiros, foi elaborada uma estratégia para implementação da Rede de Sementes do Estado do Pará. O modelo desenvolvido tem como objetivo dar subsídios para que o governo consolide essas redes de iniciativas locais junto com os municípios e órgãos estaduais, por meio de capacitações, incentivos e um diagnóstico das lacunas a serem superadas.

Combinadas, as duas estratégias têm como missão promover a agenda de restauração florestal e ajudar na superação do gargalo de insumos da cadeia (sementes e mudas), ao mesmo tempo em que fornecem uma alternativa de geração de renda e desenvolvimento sustentável para comunidades locais. As ações se relacionam diretamente com o eixo ordenamento fundiário, territorial e ambiental, estabelecido na nova Portaria do PEAA.

O projeto viabilizou ainda a elaboração de uma estratégia de mecanismo de Comando, Controle e Transição Socioeconômica de Baixo Carbono para o estado do Pará, alinhado ao eixo de desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do PEAA.

o projeto estruturou a estratégia de implementação da Rede de Sementes do Estado do Pará. O modelo instrumentaliza o governo para consolidar iniciativas locais em parceria com os municípios, apoiando-se em diagnósticos de lacunas, programas de capacitação e mecanismos de incentivo.

ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Fonte de recurso

**TAC JBS (R\$ 5 MILHÕES) +
TAE IMERYS (R\$ 5 MILHÕES)**

Valor total

R\$ 10 MILHÕES

O projeto **Estratégia de Transformação Digital** utiliza uma combinação de recursos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a empresa JBS, e do Termo de Acordo Extrajudicial (TAE) celebrado entre a SEMAS e as empresas Imerys Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos.



Data Center

A atuação contemplou a entrega de um Data Center Modular, instalado em 2024, no Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá, em Belém. O equipamento tecnológico visa apoiar a implementação do sistema CAR 2.0, permitindo o recebimento e segurança dos dados, bem como o desenvolvimento de um sistema para readequação ambiental e comercial de pequenos produtores que integram a cadeia da pecuária no Estado do Pará.

Com o Data Center já ativo, o projeto mantém um serviço contínuo de garantia da instalação e operação do equipamento junto à SEMAS. A ação contribui com os eixos de ordenamento fundiário, territorial e ambiental, e fiscalização, licenciamento e monitoramento, conforme estabelecido pelo PEAA.



Comunicação e Transparência

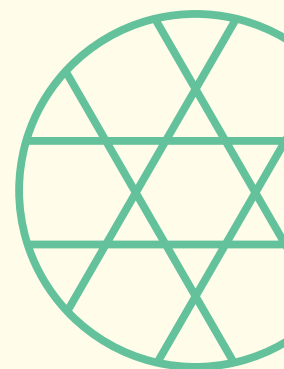
Os recursos do TAE Imerys visam ainda o fortalecimento de ações voltadas à comunicação e transparência do FAO. As ações incluíram a entrega de um novo folder institucional e a contratação de serviços de design gráfico para materiais de divulgação em eventos estratégicos. Adicionalmente, está previsto para 2026 a produção de um vídeo institucional do FAO em alinhamento com a nova versão do Plano de Comunicação.



Sistema de Readequação Ambiental e Comercial

Em relação aos recursos específicos do TAC JBS, após a conclusão do objetivo de implantação do Data Center, o saldo remanescente e os rendimentos financeiros resultantes – que totalizam cerca de R\$ 3 milhões – foram destinados a atividade que visa promover a requalificação comercial de propriedades rurais, por meio de sua regularização ambiental.

A destinação desse recurso para viabilizar a requalificação comercial de produtores, no âmbito do Programa Estadual de Pecuária Sustentável do Pará, parte de solicitação da Diretoria de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais (DIMUC) ao FAO após a identificação da necessidade de ampliar o suporte aos pequenos produtores por meio de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e ações como o cercamento das áreas com passivos ambientais para regeneração natural.



Com isso, em novembro de 2025, o FAO, por meio de seleção concorrencial, contratou empresa para fornecer os serviços necessários à realização de todas as etapas do procedimento de Requalificação Comercial para até 100 imóveis rurais da agricultura familiar e/ou de pequenos produtores em Lotes de Assentamentos da Reforma Agrária (de até quatro módulos fiscais), no município de Novo Repartimento.

As atividades tiveram início no final de 2025, com expectativa de conclusão em junho de 2026. As ações dessa iniciativa contribuem com a busca por atingir metas do PEAA por meio do eixo de ordenamento fundiário, territorial e ambiental.

Avanço no Programa Pecuária Sustentável, por meio do processo de requalificação comercial em Novo Repartimento, fomentando a regularização ambiental e a ampliação de acesso a mercados formais para 100 pequenos produtores em Lotes de Assentamentos da Reforma Agrária.

CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Fonte de recurso

GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION

Valor total

US\$ 3,8 MILHÕES

O projeto **Conservação e Produção Sustentável**, executado com recursos da Fundação Gordon and Betty Moore, é dividido em três componentes: criação de áreas protegidas; produção sustentável; e cadeias de valor quilombola.

► Produção sustentável:

Apoio ao Programa Estadual de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS)

Ao longo de 2025, a iniciativa viabilizou a assistência técnica necessária para fazer o **georreferenciamento e a elaboração ou retificação dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) de 150 propriedades rurais no município de Portel**, na região do Marajó, e seus respectivos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs). Esse esforço resultou num **total de 1.851,25 hectares georreferenciados, favorecendo o estabelecimento de planos de recuperação ambiental em 1.117,36 hectares deste total**.

As ações fazem parte do programa estadual de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS), que visa conciliar o desenvolvimento econômico com a recuperação produtiva de áreas pressionadas pelo desmatamento, facilitando a transição para uma economia de baixo carbono e a regularização das propriedades rurais. Alinhado a isso, foi realizado o **3º Ciclo de Capacitação de Servidores Públicos de Portel ao Programa Territórios Sustentáveis**.

O projeto é dividido em três componentes:

- criação de áreas protegidas
- produção sustentável
- cadeias de valor quilombola



3º Ciclo de Capacitação de servidores públicos de Portel-PA ao Programa Territórios Sustentáveis – Marajó, na SEMAS, Belém, PA.

Os avanços na regularização fundiária e ambiental na região — **Território Sustentável Marajó** — foram destaque durante um painel na **30ª Conferência do Clima, realizada em Belém**, que apresentou o caso de Portel, uma referência no modelo implementado pelo estado. A ocasião celebrou ainda a entrega simbólica dos 150 títulos de terra, emitidos pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), e dos CARs validados pela SEMAS.

A execução das atividades foi considerada bem-sucedida pela SEMAS, já que 150 propriedades foram inscritas no PTS e as famílias beneficiadas passaram a contar com assistência técnica rural, fomento à produção e acesso a instrumentos como o pagamento por serviços ambientais. Devido ao sucesso dessa iniciativa e com o estabelecimento de um ACT entre SEMAS e ITERPA, que tem como uma das finalidades a regularização ambiental e fundiária em áreas rurais, o Governo do Estado do Pará planeja expandir essa ação para outros municípios do estado, ampliando os impactos atingidos no arquipélago do Marajó.

As ações do projeto fortalecem o PEAA por meio dos eixos de ordenamento fundiário, territorial e ambiental, e desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

150 imóveis rurais cadastrados no PTS, totalizando 1.851,25 hectares.



Apoio ao ITERPA, SEMAS e governo municipal de Portel - PA, para a elaboração de serviço de georreferenciamento e ATER na região.

► Criação de áreas protegidas

O projeto investiu ainda na elaboração de um inventário florestal e um diagnóstico socioeconômico, ambiental e fundiário para a criação de três Unidades de Conservação (UCs) estaduais — uma na categoria Floresta e dois Refúgios de Vida Silvestre — que contemplam cerca de 530 mil hectares, no município de Portel.

A escolha do município se deve à sua relevância socioeconômica, grande extensão territorial e significativa cobertura florestal, que enfrenta crescente desmatamento. Localizado no arquipélago do Marajó, o município tem 84% de sua área coberta por florestas primárias, mas em 2021 figurou entre os mais desmatados do Pará e da Amazônia. Além disso, apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, tornando essencial o apoio a ações sustentáveis que reduzam a pressão ambiental e gerem renda local.

530.000 hectares com estudos especializados para a proposta de criação de 3 novas UCs.

Na sequência de ritos necessários, após a conclusão dos estudos e diagnósticos, que corroboraram com o indicativo para a criação dessas Unidades de Conservação no município, houve um processo de mobilização das partes interessadas e a divulgação do plano de criação das UCs. Inicialmente fora planejado para o mês de agosto a realização da consulta pública em questão. Entretanto, durante o processo de diálogo junto a diferentes setores da sociedade local, o órgão responsável identificou a necessidade de aprofundamento das discussões em Portel. Com isso, um plano para ampliação desse diálogo foi iniciado e, atualmente, está em definição pelo IDEFLOR-Bio a data para a realização da consulta.

As ações do projeto buscam contribuir para o alcance das metas do PEAA por meio do eixo de ordenamento fundiário, territorial e ambiental.

► Cadeias de valor quilombola

Tiveram início as ações de Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade no estado do Pará, com apoio a 15 instituições quilombolas selecionadas na Chamada de Projeto 22/2024, organizada pelo FUNBIO.

Após a assinatura do contrato de apoio, as instituições selecionadas iniciaram a execução dos projetos aprovados. Ao longo do ano as instituições selecionadas participaram de oficinas de capacitação e ciclos formativos com o objetivo de ampliar suas capacidades organizacionais e conhecimentos em elaboração e gestão de projetos, governança e prestação de contas. O desafio é que não apenas sejam disponibilizados os desembolsos, mas que os apoios possam ampliar a maturidade organizacional de cada instituição quilombola, potencializando que tenham novos acessos a fontes de financiamento.

Com uma abordagem sobre as cadeias de valor da Sociobiodiversidade, essas ações objetivam melhorar a eficiência econômica e promover arranjos produtivos locais, por meio da melhoria da cooperação entre produtores, agências governamentais, de pesquisa e instituições financeiras.

O desafio é que não apenas sejam disponibilizados os desembolsos, mas que os apoios possam ampliar a maturidade organizacional de cada instituição quilombola, potencializando que tenham novos acessos a fontes de financiamento.



Capacitação de Prestação de Contas para Associações Quilombolas beneficiárias, organizada pelo FUNBIO.



Realização de oficinas de gestão de projetos e territorial para as organizações quilombolas beneficiárias.



Visita aos projetos apoiados para monitoramento.

A chamada vai destinar um total de R\$ 3,75 milhões em duas fases de execução para o apoio direto a 15 organizações quilombolas das regiões do Marajó e Tocantins.

“ O projeto veio nessa expectativa de fortalecer a comunidade, não só no trabalho de melhoria com as famílias, mas também fortalecer o coletivo, o trabalho de mutirão. Vamos ter a oportunidade de, com esse viveiro, fazer nossas mudas. Tudo no coletivo. Estamos fazendo o reflorestamento dos nossos quintais com nossas próprias mudas e depois vamos colher os frutos, nosso açaí, nosso cacau, nosso cupuaçu...”

destaca a liderança quilombola **Everaldo Gaia**, presidente da Associação Quilombola Santo Antônio e Santa Fé (ACRECMOSFE), localizada no município de Baião

A organização, uma das contempladas pela Chamada 22/2024, também terá recursos para investir na melhoria da sede administrativa, do espaço cultural e na construção de um armazém para estocagem dos produtos.

Já no Quilombo São José do Icatu, a liderança Maria José Dias frise como a coletividade ganhou ainda mais força com o projeto.

“ Esse projeto está nos ajudando muito no fortalecimento dessas famílias, porque só nós não conseguiríamos todas essas mudas. São 21 mil mudas de espécies diferentes. E esse apoio significa muito para nós. Significou a coragem, a perseverança e a união...”

afirma **Maria José Dias**, do Quilombo São José do Icatu

No município de Moju, a Associação dos Moradores Quilombolas do Moju-Miri (AQMOMI) desenvolve o Projeto Sementes do Amanhã.

“ A partir desse projeto estamos tendo mais engajamento com a associação e, com o viveiro, estamos plantando espécies nativas que permitem uma melhoria na qualidade de vida e no meio ambiente, além de fortalecer a associação...”

conta **Kaciel Melo**, coordenador do viveiro do Projeto Sementes do Amanhã

INSTITUIÇÕES QUILOMBOLAS APOIADAS
PELA CHAMADA 22/2024

1	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES REMANESCENTES DE QUILOMBO SÃO BENEDITO (AMARQUISB)
2	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO RAMAL DO BACURI (ARQUIBA)
3	ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO DO IGARAPÉ ARIRÁ (ARQIA)
4	ASSOCIACAO DE MORADORES PESCADORES E AGRICULTORES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DA VILA DUTRA (AMPARQVD)
5	ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RURAL E DE PESCA ARTESANAL DO FUGIDO, ANILZINHO, RUA DO FOGO E AÇAIZAL ILHA (AQRF)
6	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DO CAETÉ (AQUICAETE)
7	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE REMANESCENTE DE QUILOMBOS MOCAMBO DE SANTA FÉ E SANTO ANTONIO DE BAIÃO - PARÁ (ACREQMOSFE)
8	ASSOCIACAO REMANESCENTE DE QUILOMBO DO BAIXO GUAJARAUNA COMUNIDADES DE CACOAL E DIVINO ESPÍRITO SANTO (ARQUIBAGUA)
9	ASSOCIACAO DOS MORADORES QUILOMBOLAS DO MOJU MIRI (AQUIMOMI)
10	ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DAS COMUNIDADES DE CALADOS E CARANÁZAL (ARQCC)
11	ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DE IGARAPÉ PRETO A BAIXINHA (ARQIB)
12	ASSOCIACAO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE COSTEIRA (ARQUICO)
13	ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DA ILHA GRANDE DE CUIJO (ARQUICAM)
14	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS TERRA DA LIBERDADE (ADSCQTL)
15	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES SÃO JOSÉ DO ICATU QUILOMBOLAS (APSJIQ)

Relação de instituições quilombolas apoiadas pela Chamada 22/2024.

Fomento a projetos de organizações quilombolas por meio da Chamada 22/2024 e do apoio ao Inova Sociobiodiversidade II.

A partir de demanda da Secretaria Adjunta de Bioeconomia (SABIO), foi solicitado ao FAO o apoio financeiro também para ampliação de impactos da Chamada de Projetos 01/2025 do Inova Sociobiodiversidade II, realizada pela SEMAS e Fundação Amazônia Sustentável (FAS). Com essa demanda atendida, coube ao FAO, com recursos da Fundação Gordon and Betty Moore, destinar R\$ 1 milhão para apoio direto às 5 instituições quilombolas selecionadas nessa Chamada e R\$ 200 mil para monitoramento dos projetos executados.

A celebração de assinatura do primeiro contrato de apoio às instituições quilombolas selecionadas na Chamada de Projetos foi realizada na COP30, junto à MALUNGU.



Evento de celebração dos projetos selecionados no Inova Sociobiodiversidade II.

Com um valor estimado total de R\$ 4,75 milhões, o somatório do apoio da Fundação Moore à Chamada de Projetos 22/2024 e à Chamada de Projetos do Inova Sociobiodiversidade II, por meio dos **20 projetos apoiados**, beneficiará cerca de **2.000 famílias** quilombolas dos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Mocajuba, Moju, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu, Oeiras do Pará e Oriximiná.

As ações do projeto fortalecem o PEAA por meio do eixo de desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

► Escritório de Projetos

No segundo semestre de 2025, o Escritório de Projetos FAO foi instalado em Belém em regime de *coworking*. A iniciativa visa posicionar a equipe e consultores especializados em um ponto estratégico, estreitando a interlocução com o Governo do Estado e com as ações territoriais do fundo. A implementação teve início após a aprovação de não objeção por parte do doador à Secretaria Executiva.

A instalação do Escritório de Projetos é proveniente de parte dos rendimentos de recursos da Fundação Gordon and Betty Moore aplicados pelo FUNBIO, totalizando R\$ 700 mil. Este montante viabiliza a operação do escritório e a contratação de três consultores:

COMUNICAÇÃO	ESTRATÉGICO	PMO
FOCADO NO PLANO DE COMUNICAÇÃO E ESTRATÉGIA DIGITAL	DEDICADO AOS PLANOS ESTRATÉGICO E DE MONITORAMENTO 2026-2031	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÃO

A previsão é que a contratação desses consultores esteja concretizada no início de 2026. Este suporte técnico reforçará a eficácia do mecanismo financeiro em prol das metas socioambientais e climáticas do Pará, alinhando-se à Política Estadual de Mudança do Clima (PEMC) e ao Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).

Com um valor estimado total de **R\$ 4,75 milhões**, por meio dos **20 projetos apoiados**, beneficiará cerca de **2.000 famílias** quilombolas em **9 municípios**.

Ampliação das capacidades técnicas em contribuição ao alcance das metas socioambientais e climáticas do Pará.

RAÍS – RESILIÊNCIA AMBIENTAL E INTEGRAÇÃO SOCIAL

Fonte de recurso

**Cláusula 6.3 do TAC HYDRO/
Quinto Aditivo ao TAC
HYDRO**

Valor total

R\$ 49 MILHÕES

Desdobramento do TAC firmado em 2018 entre Alunorte, Norsk Hydro, MPF, Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e SEMAS, o projeto **Resiliência Ambiental e Integração Social (RAÍS)** avançou em seu planejamento e estruturação, fundamentais para o começo das ações, previstas para 2026. O acordo prevê a destinação de recursos para o **beneficiamento de comunidades rurais e urbanas da região de Barcarena e Abaetetuba**, com um recurso total de mais de **R\$ 49 milhões**.

O projeto tem quatro eixos temáticos: o fortalecimento de organizações comunitárias; a geração de renda e segurança alimentar; as boas práticas de gestão ambiental; a infraestrutura comunitária; e um eixo transversal: a capacitação e monitoramento.

Ao longo do ano, nesta etapa inicial, foram realizadas 13 oficinas para o planejamento do projeto, mapeamento das comunidades na área de influência do empreendimento, diagnóstico preliminar das demandas e desafios locais e elaboração das diretrizes do projeto e da utilização do recurso. Este trabalho foi feito junto a 20 lideranças comunitárias, que representam a sociedade civil nas instâncias de Governança do TAC e do Projeto, e representam mais de 80 comunidades e bairros, divididos em 10 Áreas de Representação.

“ A expectativa é que esse projeto possa trazer geração de renda para nossa comunidade e uma melhoria no nosso meio ambiente, abrangendo todo o coletivo ”

afirma a liderança Elidiane Marinho Cardim,
de Abaetetuba

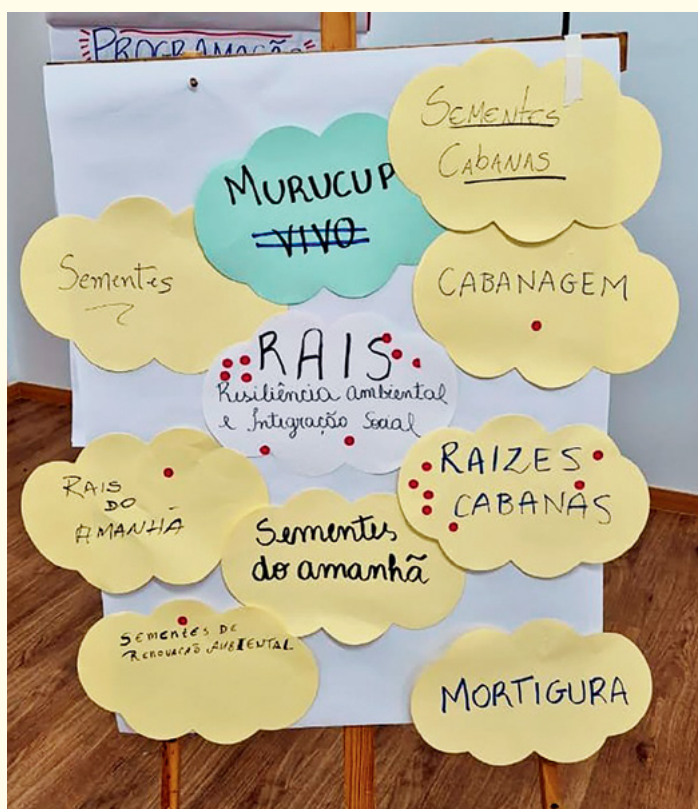
O projeto tem
quatro eixos
temáticos:

- ▶ o fortalecimento de organizações comunitárias
- ▶ a geração de renda e segurança alimentar
- ▶ as boas práticas de gestão ambiental
- ▶ infraestrutura comunitária

E um eixo
transversal:

- ▶ a capacitação e monitoramento

Em 2026, estão previstas reuniões nas comunidades abrangidas pelo projeto para um diálogo mais amplo com os moradores sobre seus desafios e demandas, para ampliar a visão sobre o território e identificar os temas prioritários para os apoios.



Votação do nome do projeto e escolha por Projeto RAIS – Resiliência Ambiental e Integração Social.

Junto a essas lideranças, foi desenvolvida uma chamada – que será lançada em 2026 – voltada para o fortalecimento institucional e infraestrutura comunitária. O objetivo é permitir que essas organizações executem seus próprios projetos, de acordo com seus contextos e suas demandas específicas.

Em 2026, estão previstas reuniões nas comunidades abrangidas pelo projeto para um diálogo mais amplo com os moradores sobre seus desafios e demandas, para ampliar a visão sobre o território e identificar os temas prioritários para os apoios. A expectativa é que sejam abertas pelo menos três chamadas ao longo do ciclo do projeto, até 2028.

As ações do projeto fortalecem o PEAA por meio do eixo de desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

ACRIPARÁ

Fonte de recurso
TAC DA PECUÁRIA

Valor total atual
R\$ 694.861,82

Em 2024, a SEMAS e o FUNBIO assinaram um Acordo de Cooperação junto ao Ministério Público Federal (MPF) e a **Associação de Criadores do Pará (Acripará)** para gestão dos recursos de indenização previstos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Pecuária. O acordo fixou a meta de captação de R\$ 1 milhão, que corresponde aproximadamente 1% do potencial total a ser internalizado, mediante adesão dos pecuaristas, como condição necessária para dar início às execuções que visam fomentar a pecuária sustentável no estado. Atualmente há cerca de R\$ 700 mil já depositados, traduzindo como 0,65% do potencial total¹.

Diante do desafio na compreensão e adesão dos produtores, a Gerência FAO está em alinhamento com todos os parceiros para discutir novas estratégias de ampliação da comunicação da iniciativa e promover o maior engajamento dos proprietários elegíveis, assim como aprimorar as articulações interinstitucionais para fomentar e receber essa demanda.

Em paralelo a isso, segue aberto o Edital de Credenciamento nº 01/2022 lançado pela SEMAS com o objetivo de convocar pessoa jurídica de direito, público ou privado, para formação de banco de cadastro público de prestadores de serviço ao administrado, consistente na emissão de certificação de adequação ambiental do polígono de desmatamento, com capacidade técnica mínima a ser indicada pela SEMAS, que requalificará o imóvel como apto para fins comerciais, no Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Pará

A empresa selecionada até o momento foi a Niceplanet Geotecnologia (EMPRESA/PLATAFORMA – **vide a figura na próxima página**), especializada no desenvolvimento de tecnologias, análises, monitoramento socioambiental e aplicação dos princípios ESG nos processos de aquisição de matéria prima e outros procedimentos relacionados ao agro legal e sustentável. A empresa é responsável pelo Sistema de Restauração Florestal (SIRFLOR), plataforma criada para oferecer aos produtores rurais um procedimento administrativo simplificado de reabilitação da propriedade que não atende aos critérios dos Termos de Ajustamento de Conduta com o MPF.

Internalização
de recursos
oriundos de
indenização
civil, que visam
fomentar a
pecuária
sustentável
no estado.

¹ A projeção de valores de acordo com os dados da SEMAS/PA demonstra que o potencial total a ser captado corresponde a R\$ 106.828.500,00, referente a 5% do valor da indenização civil pública, com base no Artigo 43 do Decreto 6514/08.

BID-PSA2

Fonte de recurso

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Valor total

US\$ 3.500.000,00

Uma nova iniciativa de destaque é o apoio para subsidiar a elaboração do Subprograma Territórios Coletivos, em contribuição à estruturação em curso do Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais do Pará (PEPSA/PA). Este projeto, denominado **PSA-2**, é financiado com um recurso não reembolsável de US\$ 3,5 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado via FAO. O projeto trata-se de uma continuidade do PSA-1, realizado pelo Governo do Estado em parceria com a The Nature Conservancy (TNC), que montaram uma estruturação de PSA para produtores rurais individuais.

O PSA-2 tem como principal objetivo promover a conservação florestal por meio do fortalecimento dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais nos territórios coletivos da Terra do Meio, no estado do Pará. Para isso, o projeto se distribui em dois componentes de execução, sendo o primeiro deles a execução de um piloto de pagamento por serviços ambientais (PSA) na Terra do Meio e o segundo componente voltado para subsidiar a estruturação do subprograma de PSA em territórios coletivos, com ações essenciais para o desenvolvimento de um modelo de governança, comunicação e engajamento de partes interessadas para o fortalecimento do PSA para territórios coletivos.

Após 3 anos de estruturação, este projeto teve o seu contrato assinado em novembro de 2025, durante a COP30 realizada em Belém, e se encontra em sua etapa inicial, onde especialistas do Banco e partes interessadas se reúnem para alinhar diretrizes, metodologias e instrumentos, garantindo o início eficiente da execução do projeto.

Após 3 anos de estruturação, este projeto teve o seu contrato assinado em novembro de 2025, durante a COP30 realizada em Belém.



Celebração da assinatura de contrato com o BID na COP30.



O PSA-2 tem como principal objetivo promover a conservação florestal por meio do fortalecimento dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais nos territórios coletivos da Terra do Meio, no estado do Pará.



5

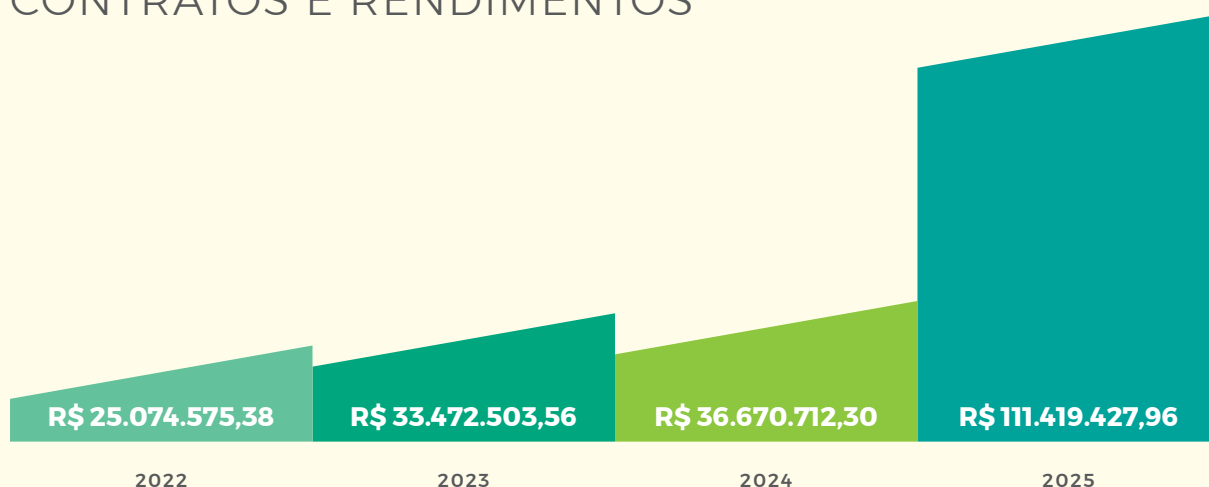
PANORAMA FINANCEIRO

VOLUME FINANCEIRO DE CONTRATOS E RENDIMENTOS SOB GESTÃO DO FAO

Desde sua criação em 2021 e as primeiras captações em favor do Fundo, a consolidação do FAO como mecanismo financeiro privado pode ser evidenciada pelo volume financeiro que os contratos sob gestão do mesmo apresentam. Adicionalmente, a estratégia de capitalização desses recursos com os rendimentos gerados amplia ainda mais esses números.

No fechamento anual em 2022, o volume era de **R\$ 25.074.575,38** acumulados sob gestão do Fundo. Três anos depois e 2025 chegou a um montante acumulado de **R\$ 111.419.427,96**, referentes aos recursos financeiros sob gestão do FAO. A seguir pode ser analisado o crescimento robusto da carteira do FAO.

GESTÃO FINANCEIRA: CONTRATOS E RENDIMENTOS



EVOLUÇÃO DOS
RECURSOS DO FAO

60,7%
Obrigações Legais

39,3%
Doações

RECURSOS INTERNALIZADOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O quadro a seguir apresenta o panorama financeiro acumulado de recursos já recebidos no FAO, com dados consolidados de janeiro de 2022 até dezembro de 2025, data de corte deste Relatório Anual. No período analisado, o Fundo acumula um montante de **R\$ 80.770.514,41** provenientes de doações e obrigações legais, bem como a capitalização de **R\$ 13.148.913,55** decorrentes de rendimentos de aplicações em fundo de investimento. Da somatória desses valores, **R\$ 18.597.023,06** foram executados no cumprimento das atividades previstas nos contratos firmados. Diante disso, o saldo financeiro disponível na carteira do FAO, em dezembro de 2025, totaliza **R\$ 75.238.455,33**.

É importante ressaltar que, além do valor executado, o Fundo encerrou o exercício de 2025 com o valor de **R\$ 4.044.156,55** comprometidos com contratos em curso.

Montante
acumulado de
rendimentos de
R\$ 13.148.913,55.

Os recursos
arrecadados
com rendimentos
correspondem a
16,27% do valor
recebido total até
dezembro de 2025.

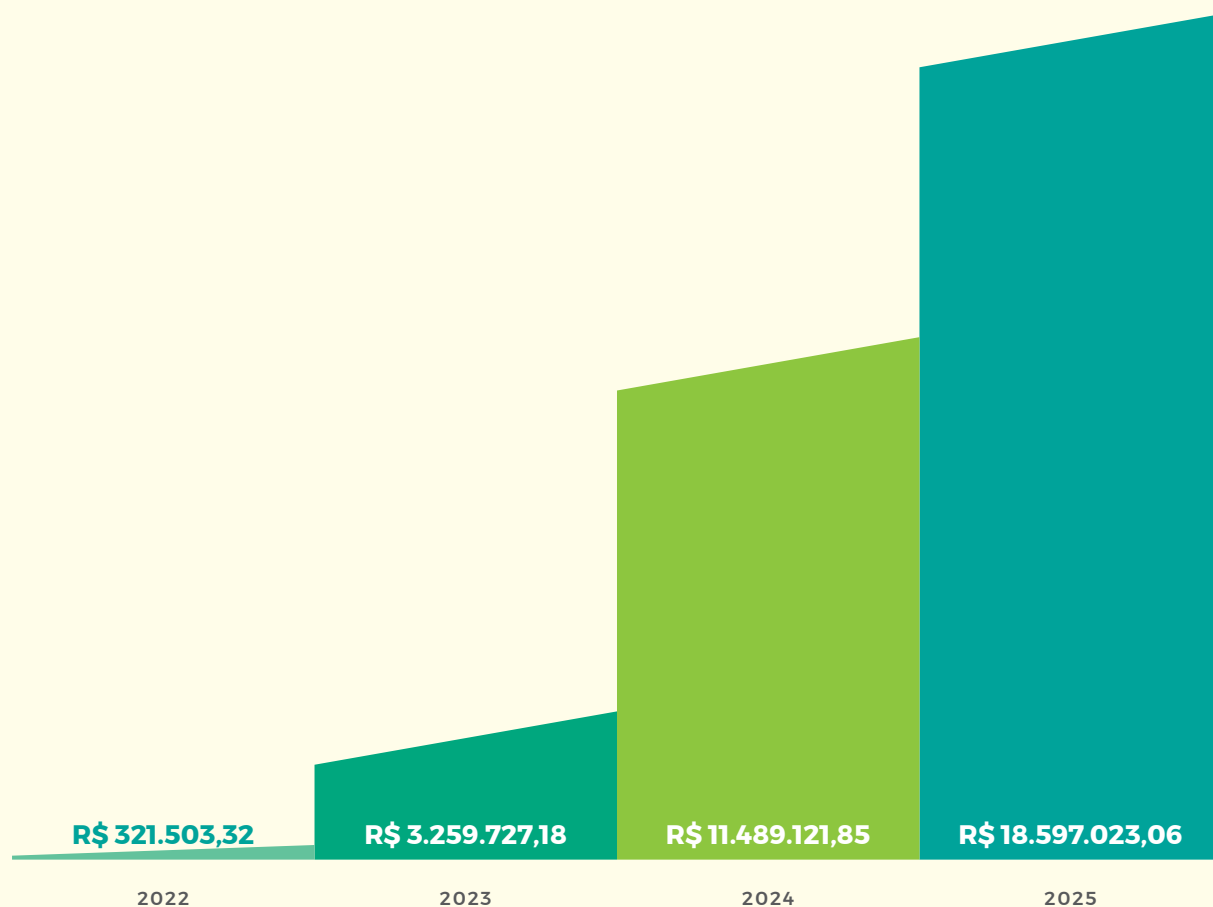
DOADOR	VALOR RECEBIDO	RENDIMENTO	TARIFAS BANCÁRIAS	EXECUTADO	SALDO DISPONÍVEL
TAC JBS	R\$ 5.000.000,00	R\$ 1.582.404,18	R\$ 43,60	R\$ 3.007.864,94	R\$ 3.574.495,64
TAE IMERYS	R\$ 5.000.000,00	R\$ 1.308.784,64	R\$ 634,20	R\$ 5.893.500,87	R\$ 414.649,57
ICS	R\$ 1.000.000,00	R\$ 52.184,30	R\$ 3.522,91	R\$ 1.048.661,39	R\$ —
Moore	R\$ 19.754.200,00	R\$ 5.505.590,88	R\$ 78.976,66	R\$ 8.644.501,13	R\$ 16.536.313,09
TAC ACRIPARÁ	R\$ 620.037,96	R\$ 74.823,86	R\$ 633,60	R\$ —	R\$ 694.228,22
TAC RAÍS	R\$ 49.396.276,45	R\$ 4.625.125,69	R\$ 138,60	R\$ 2.494,73	R\$ 54.018.768,81
BID	R\$ —	R\$ —	R\$ —	R\$ —	R\$ —
	R\$ 80.770.514,41	R\$ 13.148.913,55	R\$ 83.949,57	R\$ 18.597.023,06	R\$ 75.238.455,33

Valores por projeto.

O gráfico a seguir evidencia evolução na execução financeira do FAO. Em 2022 grande parte das atividades concentrou-se em esforços de estruturação e captação. Já em 2023, com recursos iniciais mais robustos, a capacidade de execução foi significativamente ampliada, mantendo uma curva de crescimento contínuo em 2024 e 2025.

EXECUÇÃO FINANCEIRA ACUMULADA AO LONGO DOS ANOS

O detalhamento das informações financeiras referentes às operações do FAO consta no relatório financeiro submetido à SEMAS para análise e aprovação.



VALOR ACUMULADO
EXECUTADO
PELO FAO DESDE
2022 ATÉ 2025

2022

+DE R\$ **321** MIL

2025

+DE R\$ **18** MILHÕES



6

AÇÕES FUTURAS

Outra perspectiva para o futuro é a atualização do decreto estadual do FAO e Marco Normativo do Fundo, considerada fundamental para adequar a governança do mecanismo financeiro às novas realidades de captação e para incluir formalmente novas estruturas de assessoramento técnico do Fundo.

De olho no futuro e nos próximos passos necessários ao aprimoramento e ampliação do FAO, o CGFAO estabeleceu, durante sua 10ª reunião, a realização de uma imersão estratégica envolvendo as equipes técnicas da SEMAS e do FUNBIO para traçar o planejamento de 2026-2031. O encontro, previsto para janeiro, também será uma oportunidade para consolidar o Plano de Ação 2026 e as atividades iniciais do ciclo.

Outra perspectiva para o futuro é a atualização do decreto estadual do FAO e Marco Normativo do Fundo, considerada fundamental para adequar a governança do mecanismo financeiro às novas realidades de captação e para incluir formalmente novas estruturas de assessoramento técnico do Fundo.

Na frente de projetos, o apoio a estruturação de ações em favor da sociobioeconomia é uma das metas logo no início de 2026, junto com a identificação de oportunidades e desafios para a captação de apoio privado, voltada a análise e priorização de ações por parte do estado.

O FAO, em 2026, está concluindo o seu quinto ano de atuação, saindo de R\$ 0 a R\$ R\$ 110.508.504,49 de recursos financeiros sob sua gestão. O mecanismo financeiro demonstrou uma significativa alavancagem em sua execução. Além disso, houve a entrega de títulos e apoio a instituições quilombolas, consolidação das estratégias de gestão e comercialização de sementes e viveiros públicos, requalificação comercial de produtores rurais em prol de uma pecuária sustentável, inicialização do Projeto RAÍS, além da própria presença do mecanismo financeiro na COP30.

Muitas atividades foram realizadas superando diferentes desafios, a partir da agregação de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, em prol de objetivos comuns. A equipe da Gerência FAO continua a crescer, com o apoio cada vez maior de consultorias especializadas, focadas em estratégias de sustentabilidade e perenidade do Fundo, principalmente para o ciclo 2026-2031.

- Identificação de oportunidades e desafios para a captação de apoio privado, voltada a análise e priorização de ações por parte do estado
- Planejamento estratégico para o ciclo de 2026-2031
- Estratégias de perenidade e sustentabilidade do Fundo



COMO FAZER PARTE?

O FAO disponibiliza um portfólio de projetos relacionados aos eixos prioritários com abrangências e valores.

Neles, é possível identificar temas e áreas de atuação, assim como resultados esperados, benefícios e contrapartidas para apoiadores.

Para saber mais sobre o FAO e fazer parte dessa inédita iniciativa na Amazônia.

ACESSE:

WWW.FUNDOAMAZONIAORIENTAL.ORG.BR
FAO@FUNBIO.ORG.BR

**Com planejamento,
parcerias e responsabilidade,
o Pará segue construindo
um caminho sólido, em
que desenvolvimento
e sustentabilidade
caminham juntos.**

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
Vice-presidente do Comitê Gestor do Fundo da Amazônia Oriental



FUNDO DA
AMAZÔNIA
ORIENTAL